



PODER

Ameaça de apagão da máquina pública

Ante a derrubada do aumento do IOF, pelo Congresso, governo terá de buscar outra fonte de receita, cortar despesas ou contingenciar mais R\$ 10 bilhões no Orçamento, o que eleva a possibilidade de travar o funcionamento de serviços. Haddad fala em recorrer ao STF

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

A derrubada do decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Congresso, na quarta-feira, está provocando problemas em série para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tanto que pode paralisar o funcionamento da máquina pública ainda neste ano.

A receita esperada com o aumento do IOF seria em torno de R\$ 10 bilhões, e esse valor precisará ser contingenciado no Orçamento, lembrou o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros. O especialista em contas públicas e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) recordou que esse montante vai ser adicionado ao bloqueio de R\$ 31 bilhões anunciado no fim de maio, totalizando R\$ 41 bilhões — elevando o risco de funcionamento da máquina pública. “Se esse volume de contingenciamento for mantido ao longo do ano, existe, sim, o risco de shutdown da máquina”, afirmou Barros ao **Correio**.

Na avaliação do economista, o governo tentará alternativas para evitar esse corte adicional ao bloqueio. Ele ressaltou que medidas arrecadatórias são limitadas, pois implicam aumento de imposto como o IOF, que foi barrado pelos parlamentares. “Não há clima no Congresso para avançar medidas como essa nem consenso”, frisou. “A única solução é enfrentar o problema estrutural, mas existe uma limitação dentro do Executivo. Assim o problema não tem solução. Só será resolvido quando houver eleição. Até lá, o que dá para o governo fazer é tentar comprar tempo, via medidas extraordinárias de receita”, explicou.

Barros avaliou que o governo dificilmente vai adotar medidas pelo lado do gasto. “Existem dificuldades nessa agenda, porque o próprio governo tem evitado adotar medidas nesse sentido, tanto que algumas já foram propostas a Lula, e ele rejeitou”, frisou o economista da ARX.

Ele disse que o governo poderia retomar a agenda de revisão de gastos, que acabou sendo

Taba Benedicto/Estadão Conteúdo



Haddad e Lula em evento em São Paulo: ministro da Fazenda diz que discutirá com o presidente a eventual judicialização do IOF

abandonada, como a análise dos benefícios assistenciais, combatendo as fraudes. De acordo com ele, o potencial dessa medida, que prevê um pente-fino nas concessões irregulares, é bem superior ao buraco gerado com o bloqueio do IOF. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vê na judicialização uma forma de retomar o aumento do IOF. Ele disse, porém, que vai esperar um posicionamento do presidente Lula.

O titular da equipe econômica alertou para os riscos com a derrubada do imposto e disse que a conta final “vai pesar para todo mundo”. “Vai faltar recurso para a saúde, para a educação, para a Minha Casa, Minha Vida. Não sei se o Congresso quer isso”, ressaltou, em

entrevista ao videocast do jornal Folha de S.Paulo.

Durante o programa, Haddad mencionou três possíveis caminhos para resolver a crise. “Uma é buscar novas fontes de receita, o que pode ter a ver com dividendos, com a questão do petróleo, tem várias coisas que podem ser exploradas. A segunda, é cortar mais. Além dos R\$ 30 bilhões, mais R\$ 12 bilhões”, citou.

Judicialização

A terceira possibilidade seria apelar para os tribunais. Na visão do ministro, a decisão foi “flagrantemente inconstitucional”. “No placar de vitórias e derrotas, o jogo está favorável ao Brasil, porque,

se não estivesse, você ia ver onde estava esse dólar, o desemprego, a inflação”, afirmou, a respeito do embate com o Congresso sobre diversas pautas.

O governo prevê déficit de R\$ 12 bilhões, em 2025, apenas com a derrubada do IOF, mas considerando a medida provisória que ainda deve ser debatida no Congresso, que padroniza a alíquota de Imposto de Renda (IR) em 17,5% para aplicações financeiras, além de tributar em 5% rendimentos antes isentos, como as letras de crédito, entre outras medidas.

As medidas foram discutidas com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e com líderes de bancadas. A

reunião ocorreu em 8 de junho, na residência de Motta e, segundo Haddad, havia uma boa expectativa, à época, para que os acordos fossem mantidos. “Saí de lá imaginando que estava tudo bem. Não só eu, todo mundo. Eu não sei o que mudou. Eu acordei com uma ligação da Gleisi (Hoffmann)”, afirmou o ministro, mencionando a ministra de Relações Institucionais.

Arcabouço em xeque

Em relatório recente, a IFI reforçou o alerta para a sustentabilidade do arcabouço fiscal e apontou a necessidade de reforma estrutural, com cortes de gastos, capaz de gerar um superávit primário anual de 2,4% do Produto Interno Bruto



Sendo uma prerrogativa legal, nem nós devemos nos ofender quando um veto é derrubado nem o Congresso pode se ofender quando uma medida é considerada pelo Executivo incoerente com o texto constitucional”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, sobre a possibilidade de recorrer ao STF

(PIB) para estabilizar o crescimento da dívida pública bruta, que poderá chegar a 100% do PIB em 2030.

Gabriel Leal de Barros foi crítico ao arcabouço fiscal desde o início da proposta do Executivo e, agora, frisou que, como a regra fiscal não consegue mais parar em pé, o governo vai evitar ajustes estruturais até 2027. “O arcabouço está dando problema, porque precisa de um volume grande de receitas extraordinárias, em torno de R\$ 150 bilhões por ano. O governo conseguiu isso em 2023 e em 2024, mas não está conseguindo neste ano e, dificilmente conseguirá em 2026”, afirmou.

Estudo do Banco Mundial divulgado ontem também alerta sobre os problemas do arcabouço fiscal e faz sugestões de medidas que podem ter impacto de até 5% do PIB. Entre elas, está a desvinculação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo, que poderia gerar uma economia, primeiramente, de R\$ 15 bilhões, mas podendo chegar a 1% do PIB, de acordo com o economista sênior do Banco Mundial, Cornelius Fleischhacker.

Sem as emendas não haverá trégua

» ISRAEL MEDEIROS

A intenção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a derrubada do IOF seria o prego no caixão da articulação política do governo, que já enfrenta sérias dificuldades no relacionamento com o Congresso. O Legislativo não quer votar medidas impopulares em ano pré-eleitoral. Os cargos na Esplanada já não atraem mais. O que os parlamentares querem é que o Planalto abra a torneira das emendas e despeje bilhões nas bases eleitorais dos deputados e senadores.

Os congressistas estão impacientes, e os avisos do governo de que as emendas seriam comprometidas por um eventual novo contingenciamento em virtude da derrubada do decreto do IOF saíram pela culatra: soaram como ameaça.

Sem emendas, não haverá trégua. Nenhuma medida arrecadatória com aumento de impostos passará. A análise é de parlamentares ouvidos pelo **Correio**, que veem a iminência de um cenário de ingovernabilidade num futuro próximo, caso o Planalto não consiga fazer

as pazes com a cúpula do Legislativo. Do lado da oposição, as críticas são direcionadas ao aumento de impostos e também à atuação da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), comandada pela ministra Gleisi Hoffmann.

“Os partidos da base se rebelaram, e a gente sabe que o governo colocou como ministra de Relações Institucionais uma pessoa que não conversa com os parlamentares. Nem como deputada ela tem convívio com os parlamentares, imagine agora como ministra. A gente já sabia que isso (a derrota em pautas relevantes) ia acontecer, era previsível”, disse o deputado Alberto Fraga (PL-DF) ao **Correio**.

Na avaliação do parlamentar, o governo não tem condições de manter uma relação amistosa com o Congresso Nacional e, neste momento, está em uma posição vulnerável junto dos partidos da base, que ameaçam desembarcar da gestão Lula.

“A gente sabia que no dia em que o União Brasil, a federação União Brasil e PP desembarcassem do governo ou fosse contra qualquer ato do governo, eles seriam massacrados no plenário. E não deu outra”, disse Fraga.

Já o deputado Rui Falcão (PT-SP), um dos candidatos à presidência do PT, também vê desgastes da relação do governo com os partidos que têm ministérios, mas avalia que a indisposição partiu das próprias siglas e não vê justificativa plausível.

“Você tem partidos que integram o nosso governo e que sabem a importância desses projetos (de arrecadação) porque não estamos sacrificando a vida do povo, pelo contrário, são projetos de interesse popular que vão beneficiar a maioria”, ressaltou ao **Correio**. “São medidas moderadas de adequação da política econômica, e que surpreendentemente você vê partidos que estão na base, partidos, inclusive, de tradição mais popular, votando contra. Então eu quero crer que, a esta altura, tanto os nossos ministros como os líderes da bancada devem estar certamente buscando um diálogo para ver o que está acontecendo.”

Integrantes do Centrão ouvidos pela reportagem, por sua vez, afirmaram que o que houve foi uma falta de sensibilidade do governo sobre o aumento de impostos. A avaliação é de que a reunião entre

os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Gleisi Hoffmann, de Relações Institucionais, e os presidentes da Câmara e do Senado — além dos líderes — foi o início da construção de um diálogo de conciliação, e não o fim. “Ah, porque a turma tem um carguinho (no governo). Isso não funciona mais”, disse um deputado do União Brasil sob condição de anonimato.

Enquanto isso, as emendas seguem a ritmo lento. A poucos dias do recesso parlamentar do meio do ano, o governo pagou R\$ 6,9 bilhões em 2025, sendo que mais de 99% do valor é de anos anteriores. O pagamento das emendas deste ano, portanto, praticamente nem começou. Dos mais de R\$ 50 bilhões previstos para 2025 no orçamento, menos de R\$ 1 bilhão foi empenhado (reservado para pagamento).

Despiste

Questionada pelo **Correio** sobre a possibilidade de judicializar a derrubada do decreto do IOF, a Advocacia-Geral da União (AGU) respondeu que ainda não há qualquer decisão tomada. “Todas as questões jurídicas serão abordadas

Daniel Estevão/AscomAGU



Messias: “Por ora, não há nenhuma decisão a respeito de judicialização”

tecnicamente pela AGU, após oitavas da equipe econômica. A comunicação sobre os eventuais desdobramentos jurídicos do caso será feita exclusivamente pelo próprio advogado-geral, no momento apropriado”, disse a AGU em nota.

Em entrevista a jornalistas ontem, o advogado-geral da União, Jorge Messias, reiterou a nota e disse que a

AGU vai dialogar com diversos setores antes de tomar qualquer decisão. “Por ora, não há nenhuma decisão a respeito de judicialização. (...) Nós vamos conversar com toda a equipe econômica, com todos os atores envolvidos, a Advocacia-Geral da União vai responder a esta questão de forma muito técnica, sóbria, no momento oportuno”, afirmou Messias.